

VIOLÊNCIA POLICIAL DIRECIONADA: ADOECIMENTO PELA PERSEGUIÇÃO

Cecília Cacau de Sousa Ribeiro¹;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/5297600223904414>

Murylo Gabriel Ferreira Barreto²;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/2618836531186701>

Francelino Eleuterio da Silva Junior³;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/4419602555285783>

Adegilson Carvalho de Sousa⁴;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/32113552605138>

Joelly Rodrigues de Oliveira⁵;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/8717659127539697>

Lilith Maria Gonçalves Leal Dantas⁶;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<https://lattes.cnpq.br/6967545014610862>

Lauanda da Silva Soares⁷;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<https://lattes.cnpq.br/6967545014610862>

Isis Vitória Antão Gonçalves Fontes⁸;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<https://lattes.cnpq.br/2299740185842649>

Maria Joselina Sousa da Silva⁹;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/9922178703026095>

Matheus Lima Serejo¹⁰;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/5710080267010566>

Maria Juliana Reis Barros¹¹;

Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), Parnaíba, Piauí.

<https://lattes.cnpq.br/8201896208126023>

João Makaully Dorneles Silva¹²;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/0813609801186270>

Lívia Maria Gonçalves Leal Dantas¹³;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<https://lattes.cnpq.br/8693958528203505>

Ricardo Neves Couto¹⁴.

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/6182926782528899>

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/3581353886489065>

RESUMO: Introdução: A brutalidade das ações da força policial para com a população negra tem se tornado alarmante pauta de discussão, considerando que muitas vidas são perdidas por abordagens desproporcionalmente violentas. Objetivo: Reunir trabalhos sobre violência em abordagens policiais para com pessoas negras no Brasil, de modo a explicitar os aspectos associados, suas consequências e impactos. Metodologia: Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada nas bases de dados “Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde” (LILACS), “Scientific Eletronic Library Online” (SciELO) e o “Portal de Periódicos da CAPES”, entre novembro e dezembro de 2024, utilizando como descritores “racismo”, “polícia” e “psicologia”. Resultados e discussão: Identificaram-se 9 estudos relacionados a aspectos de agressões por autoridades policiais e sua relação com as diferentes vertentes do racismo, reunidos e discutidos dentre 3 categorias principais: contextualização histórica, persistência da violência étnica por autoridades policiais, e aspectos psicológicos e saúde mental de pessoas negras. Considerações finais: Observou-se que a violência policial direcionada é uma herança histórica, perdurando ainda a desigualdade racial e uma taxa de mortalidade para não policiais negros, pobres e jovens, e as reverberações desse processo são repercutidas na saúde física e mental dessa população, recaindo em especial às mães de filhos negros.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Racismo. Saúde Mental.

TARGETET POLICE BRUTALITY: ILLNESS DUE TO PERSECUTION

ABSTRACT: Introduction: The brutality of police actions against the black population has become an alarming topic of discussion, considering that many lives are lost due to disproportionately violent approaches. Objective: To gather studies on violence in police approaches against black people in Brazil, in order to explain the associated aspects, their consequences and impacts. Methodology: This is a bibliographic review, carried out in the databases “Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde” (LILACS), “Scientific Eletronic Library Online” (SciELO) e o “Portal de Periódicos da CAPES”, between november and december of 2024, using as descriptors “racism”, “police” and “psychology”. Results and discussion: Nine studies were identified related to aspects of aggression by police authorities and their relationship with different aspects of racism, gathered and discussed within three main categories: historical contextualization, persistence of ethnic

violence by police authorities, and psychological aspects and mental health of black people. Final considerations: It was observed that targeted police violence is a historical legacy, with racial inequality and a mortality rate for black, poor and young non-police officers still persisting, and the reverberations of this process have repercussions on the physical and mental health of this population, especially affecting mothers of black children.

KEYWORDS: Mental Health. Psychology. Racism.

INTRODUÇÃO

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, entre 2020 e 2021 houve uma queda de 5% na taxa de mortalidade por intervenções policiais. Entretanto, ao analisar o mesmo período com o critério racial das vítimas, a morte de brancos em intervenções policiais teve uma queda de 30,9% enquanto a mesma estatística para negros subiu em 5,8%. Essa brutalidade das ações da força policial para com a população negra tem se tornado, com frequência, alarmante pauta de discussão, considerando que muitas vidas são perdidas por abordagens desproporcionalmente violentas (Foletto, 2023).

No tocante a estudos brasileiros sobre essa temática, é apontado que a persistência de atos de violência na população negra associa-se à tentativa de eliminar os negros da sociedade. Entre as atitudes violentas para com essa população destacam-se a tentativa de embranquecimento populacional, quando há um apreço maior por características de pessoas brancas e repúdio a características de negros, o tratamento desigual em diferentes âmbitos e as agressões verbais e físicas que, em muitos casos, são fatais (Shinhoretto; Moraes, 2018).

Essa violência racial é bem notória no contexto das interações entre policiais e não policiais. Sendo considerada um fenômeno que ocorre com muitas pessoas, a violência policial influencia ainda na forma que as vítimas de crimes lidam com as repercussões do furto, assalto ou qualquer que seja a violação sofrida. Ao invés de recorrer aos serviços de uma instituição que deveria protegê-los, um número expressivo de pessoas descredita ou teme esses agentes públicos (Mesquita Neto, 1999).

Ademais, outro fator que contribui para esse sofrimento é o fato de que muitos indivíduos brancos ficam impunes por crimes gravíssimos, enquanto violações de menor gravidade como o furto são penalizadas, de forma desproporcional, quando o responsável pelo crime é uma pessoa negra. Mesmo com a notável negligência quanto a essa população, a sociedade brasileira ainda descredibiliza essa realidade vivenciada, ao não reconhecer ou ignorar as recorrentes violações a que esse grupo é acometido, especialmente, por figuras policiais (Acioly; Sayão, 2023).

Mediante isso, o presente estudo pretende reunir pesquisas e trabalhos mais atuais que dissertem sobre esse fenômeno no contexto brasileiro. Com isso, espera-se que esse processo seja evidenciando para a sociedade, identificando aspectos como as violências recreativas, impactos do fenômeno para a saúde mental, além de estratégias utilizadas

para contornar essa situação.

OBJETIVO

O objetivo do presente estudo é reunir trabalhos que versem sobre a temática da violência em abordagens policiais para com as pessoas negras no Brasil, de modo a explicitar os aspectos associados ao fenômeno, bem como suas consequências e impactos.

METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, que foi realizada nas bases de dados “Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde” (LILACS), “Scientific Electronic Library Online” (SciELO) e o “Portal de Periódicos da CAPES”. A busca nessas fontes foi realizada em 2024, durante os meses de novembro e dezembro. No que se refere aos descritores, foram utilizados os termos “racismo”, “polícia” e “psicologia”, sendo que esses se enquadram nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). O operador booleano utilizado foi o AND, com as combinações “racismo” AND “polícia” e “racismo” AND “psicologia”.

Após a realização da busca foram constatados 681 resultados, que passaram por um processo de eliminação a partir de critérios de inclusão e exclusão. A princípio foi considerado para a seleção de leitura apenas os artigos que constavam as palavras “violência” ou “polícia” ou “racismo” ou termos sinônimos e expressões relacionadas em seus títulos. Ademais, foram incluídos somente os trabalhos realizados nos últimos 5 anos – desde 2020 a 2024 – trabalhos completos, escritos em português, referentes à realidade brasileira e que constavam em seus resumos uma relação com a temática de violência policial ou étnica.

No tocante aos critérios de exclusão, foram desconsiderados trabalhos não completos, estrangeiros e/ou tratavam sobre realidade estrangeira e aqueles que não possuíam relação com a proposta temática. Após esse crivo de seleção, considerando os critérios supracitados, encontrou-se nove artigos, que abordam sob diferentes perspectivas o racismo e sua relação com as autoridades policiais. Assim, no próximo tópico serão apontados, de forma mais explícita e evidente, os estudos selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na revisão bibliográfica realizada, considerando os critérios de inclusão e exclusão, chegou-se a 9 estudos relacionados a aspectos de agressões por autoridades policiais e sua relação com as diferentes vertentes do racismo. A partir de uma leitura mais aprofundada dos estudos achados, foi possível reunir os trabalhos em três categorias principais que estão dispostas no quadro abaixo e serão discorridas, de forma interligada, logo em seguida.

Quadro 1: Artigos selecionados para a revisão bibliográfica.

ESTUDO	OBJETIVO	METODOLOGIA
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA		
Violência estrutural e marcas ditatoriais: análise psicossocial a partir de narrativas periféricas (Besen; Ansara, 2021)	Analisar a permanência de marcas ditatoriais pós-transição democrática no Brasil a partir de narrativas obtidas em dois estudos psicossociais realizados em Heliópolis – periferia urbana da cidade São Paulo.	Revisão narrativa não sistemática
PERSISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA ÉTNICA POR AUTORIDADES POLICIAIS		
“Vagabundo não tem memória”: Os corpos matáveis das práticas de segurança (Galeano; Guareschi, 2023)	Analisar a produção de corpos matáveis no âmbito das práticas de segurança brasileiras.	Revisão narrativa não sistemática
“Judicialização do sofrimento negro. Maternidade negra e fluxo do Sistema de Justiça Criminal no Rio de Janeiro” (Rocha, 2020)	Examinar os usos do sofrimento negro e da maternidade negra para a movimentação do Fluxo do Sistema de Justiça Criminal.	Etnografia
“Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste (Anunciação; Trad; Ferreira, 2020)	Apresentar os resultados do estudo que explorou experiências e percepções de jovens negros(as) pertencentes a bairros socialmente vulneráveis e/ou com altos índices de violência nas cidades de Salvador, Recife e Fortaleza, relacionadas com abordagem policial.	Estudo qualitativo através de grupos focais, rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas com jovens negro(as) de 15 a 29 anos, moradores de bairros periféricos.
Letalidade Policial: Discursos e Práticas Legitimadoras da Política Militar de São Paulo (Battibugli et al., 2021)	Retomar o debate sobre violência policial por meio de análise da ação policial em São Paulo, sinalizando as possibilidades de compreensão e enfrentamento do problema, que entrelaça a militarização da segurança pública com a produção de estado de exceção permanente, que fragilizam o Estado Democrático de Direito.	Pesquisa bibliográfica

O Racismo mais moderno do Brasil: policiamento e relações raciais na Capital Federal (Caruso et al., 2024)	Traçar relações entre dados produzidos pela Polícia Civil do DF, referentes às prisões em flagrante e mortes em decorrência de intervenção policial, e dados obtidos mediante a realização de entrevistas com oficiais negros da Polícia Militar do DF.	Estudo qualitativo, de caráter investigativo, a partir de dados da polícia militar e entrevista com oficiais militares negros.
ASPECTOS PSICOLÓGICOS E SAÚDE MENTAL DE PESSOAS NEGRAS		
“Antes que a Bala Perdida me Ache”: Saúde Mental da População Negra e Violência Policial (Nascimento; Medeiros, 2024)	Compreender como se configura a saúde mental da população negra frente à essa violência, bem como sua relação com o racismo	Perspectiva qualitativa de inspiração cartográfica, a partir do método de revisão narrativa.
O luto materno em situação de violência policial: contribuições psicanalíticas (Morabito; Cremasco, 2023)	Focalizar em como a psicanálise tem um importante papel na escuta dessas mulheres, que podem traçar diferentes caminhos de trabalho psíquico.	Trata-se de uma revisão bibliográfica não sistemática
Uma prática transdisciplinar da clínica em contexto de violência policial (Avillez; Zamora, 2024)	Partilhar uma experiência profissionalizante em Psicologia na qual, por meio do programa de estágio, foi desenvolvido um trabalho de intervenção clínica, durante os anos de 2016 a 2017, voltado a mães – além de familiares e amigos – que perderam seus filhos, vítimas de execuções policiais em favelas da cidade do Rio de Janeiro.	Relato de experiência, com embasamento científica mediante revisão bibliográfica.

Fonte: Autores (2025)

O sociólogo Ignacio Martín-Baró resalta a relevância da recordação histórica como um fator necessário para a compreensão das violências em nações da América Latina. Conforme o autor, a desigualdade é uma das bases dessa violência, pois transforma as classes menos favorecidas em vítimas da negligência estatal, fome e miséria, ausência dos direitos sociais, invisibilidade, além de agressões e repressões por parte de figuras autoritárias. Nessa perspectiva, a construção da memória histórica configura-se como necessária para um melhor entendimento sobre a relação entre os traços do passado e fatos do presente (Besen; Ansara, 2021).

Historicamente, os padrões violentos foram se consolidando de forma que as pessoas naturalizaram a percepção de que determinados indivíduos devem predominar sobre os outros. Somado a isso, as memórias hegemônicas impedem que muitos visualizem as marcas das violências e conflitos, pois a narrativa é contada da forma que os poderosos preferem relatar. Diante dessa realidade, é crucial que o indivíduo tenha compreensão da opressão que é vivenciada por si, para que possa refletir criticamente sobre sua realidade e reivindicar pelos seus direitos (Besen; Ansara, 2021).

No contexto brasileiro, a colonização não foi o único processo de grande violência ao povo, pois o período ditatorial implicou em expressivos impactos com pessoas mortas e desaparecidas. Essa ditadura contribui, ainda, com a persistência das violações no Brasil, pois ao ser dada às autoridades estatais a liberdade de agredir, violentar e matar os cidadãos, esse traço histórico não foi apagado com o estabelecimento da democracia. Pelo contrário, essas sequelas ainda perduram na atualidade (Besen; Ansara, 2021). Entretanto, destaca-se que apesar da ocorrência frequente de atos que corroboram a herança ditatorial, é válido ressaltar que os principais corpos marcados pela perseguição autoritária se referem a jovens negros do gênero masculino, o que evidencia outra herança, a escravocrata (Galeano; Guareschi, 2023).

Em 25 de novembro de 2015, a Chacina de Costa Barros, como ficou conhecida, foi mais um dos inúmeros casos dessa violência policial direcionada. Sete jovens negros, pobres e periféricos, foram as vítimas dessa vez. Baró aponta que é importante que a memória histórica seja nutrida e valorizada, mas no Brasil, nem a vida lhe permitem ter quando se é negro. Para as mães desses jovens, a memória que fica é a agressão desses policiais, dos mesmos agentes que possuem a função de proteger a sociedade (Rocha, 2020).

Da mesma forma que os demais fenômenos sociais, essa violência policial não é motivada por um fator isolado. Ou seja, a identidade racial não é o único filtro para agressão, a classe social, território e faixa etária também são consideradas e assim como já mencionado, os negros, pobres, periféricos e jovens são os principais alvos dessas autoridades militares. Isso é corroborado pelo estudo realizado por Anunciação, Trad e Ferreira (2020) em que apontaram, com base em entrevistas com jovens do nordeste brasileiro, que mesmo em fardas escolares o “baculejo” tem uma alta probabilidade de acontecer. Os participantes destacaram cinco critérios para a suspeita policial, que foram o fenótipo, território, aparência, jeito e as características externas, como local em que a pessoa está.

Ademais, a letalidade policial no Brasil, segundo pesquisas, apresenta-se em um grau elevado. Os policiais são assassinados, entretanto, matam muito mais, provocando mais mortos do que feridos. No ano de 2020, 36 policiais foram mortos em São Paulo, enquanto os não policiais apresentaram uma taxa de 681 pessoas assassinadas, o que demonstra a disparidade entre esses números (Battibugli et al., 2021). Desse modo, nota-se que, apesar de o policiamento ostensivo, ou seja, a prática de ação policial para manter

a ordem social ter um intuito de proteger, paradoxalmente, acarreta mais agressões e repressões na sociedade (Caruso et al., 2024).

Nesse contexto, o entendimento dos impactos para a população negra é uma forma de trazer visibilidade para esse grupo negligenciado. A sensação de inferioridade é, indiscutivelmente, motivada pela branquitude, que expressa suas atitudes racistas por vias diversas e sutis. Gestos, palavras e a exclusão são alternativas que o branco encontra para a recreação do racismo, impossibilitando que esses negros se expressem e de certo modo compreendam o papel da branquitude na opressão. O genocídio que os negros sofrem é expresso para muito além de somente a morte física (Nascimento; Medeiros; 2024).

Desse modo, a realidade violenta implica em consequências para sua saúde física e mental ou psíquica. Entre esses impactos para a saúde física e mental estão a ausência de apetite, insônia, ideações suicidas e pensamentos relacionados à morte. Outrossim, o abuso de substâncias psicoativas e a automedicação também são possíveis sequelas dessas vivências traumáticas (Nascimento; Medeiros; 2024).

Essas repercussões das agressões militares não são vivenciadas apenas na vítima, pois muitos familiares e amigos sofrem com as reverberações das repressões e assassinatos realizados. A figura com sofrimento mais expressivo indicado é a materna, pois muitas não apenas perdem um filho, mas perdem a si próprias e se tornam incompletas por uma morte ocasionada por policiais. Em alguns casos, os filhos desaparecem e nem mesmo o direito de enterrar lhes é dado, o que influencia em uma maior dificuldade em lidar com o luto (Morabito; Cremasco, 2023). Observa-se, assim, que o sofrimento psíquico frente a essa realidade é bastante presente, o que torna a intervenção psicológica uma alternativa para minimizar os efeitos desse fenômeno.

Considerando essa perspectiva, Avillez e Zamora (2024) trazem, em seu estudo, um relato de experiência de atuação clínica nesse âmbito da violência policial, com o acompanhamento de mães de filhos assassinados em uma chacina do Rio de Janeiro. Entre as modalidades de intervenção mencionadas estão o dispositivo-grupo, que traz sensação de pertencimento e união e ajudam as mães a lidarem com a solidão e o vazio, a empatia e suporte das profissionais para trazer segurança às participantes e um mutirão de faxina na casa de Ana, uma das participantes do grupo, que aproximou as psicólogas e participantes, permitindo que essas compartilhassem entre si experiências, realizando uma atividade que trouxe mudanças positivas para a vida de Ana e de sua família (Avillez; Zamora, 2024). Esse relato mostra, então, que além de lutar pelo resgate da memória histórica de forma coletiva, como é apontado por Martin Baró, é preciso construir coletivamente atos de resistência contra esse poderio estatal consolidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o que foi exposto, é possível observar que a violência policial direcionada é uma herança histórica. Os negros são dizimados pelas autoridades e esse genocídio recai em um processo de invisibilização. No que se refere aos dados percentuais sobre as

incidências de agressões, percebe-se que perdura ainda a desigualdade racial e uma taxa de mortalidade para não policiais negros, pobres e jovens.

Além disso, as reverberações desse processo histórico de violência são repercutidas na saúde física e mental dessa população negra, recaindo também sobre a sua rede de apoio, em especial às mães de filhos negros, que são assassinados pelas autoridades estatais. A Psicologia, portanto, é uma ferramenta de intervenção que ajuda a atenuar as sequelas dessa experiência, mas é válido ressaltar que essa problemática é social, exigindo assim uma luta coletiva para que esses padrões de agressões policiais sejam questionados e rompidos.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, D. A. B; SAYÃO, S. C. **Violência policial, racismo e autodefesa**. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 11, n. 2, p. 143-163, 2023.
- ANUNCIAÇÃO, D; TRAD, L. A. B; FERREIRA, T. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. e190271, 2020.
- AVILLETZ, M; ZAMORA, M. H. **Uma prática transdisciplinar da clínica em contexto de violência policial**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 36, p. e27597, 2024.
- BATTIBUGLI, T; SERRA, C. H. A; SOUZA, L. A. F; ROMERO, G. S. **Letalidade Policial: discursos e práticas legitimadoras da Política Militar de São Paulo**. Direito Público, v. 18, n. 99, 2021.
- BESEN, B. O; ANSARA, S. **Violência estrutural e marcas ditatoriais: análise psicossocial a partir de narrativas periféricas**. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 16, n. 2, p. 1-16, 2021.
- CARUSO, H; LIMA, L. G. D; MONTEIRO, C. D; GUELLATI, Y. **O Racismo mais moderno do Brasil: policiamento e relações raciais na Capital Federal**. Sociedade e Estado, v. 39, n. 02, p. e52182, 2024.
- GALEANO, G. B; GUARESCHI, N. M. F. **“Vagabundo não tem memória”**: os corpos matáveis das práticas de segurança. Psi UNISC. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017-. Vol. 7, n. 1 (jan./jun. 2023), p. 171-196, 2023.
- FOLETTI, M. **Negros são 84% das pessoas mortas em ações policiais no Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://pt.org.br/negros-sao-84-das-pessoas-mortas-emacoes-policiais-no-brasil/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- MESQUITA NETO, P. **Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle**. Cidadania, justiça e violência, p. 130-148, 1999.
- MORABITO, Julia Tocalino; CREMASCO, Maria Virginia Filomena. O luto materno em situação de violência policial: contribuições psicanalíticas. **Psicologia Revista**, v. 32, n. 2, p. 459-484, 2023.
- NASCIMENTO, G. A; MEDEIROS, A. P. **“Antes que a Bala Perdida me Ache”**: Saúde Mental da População Negra e Violência Policial. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v.

24, 2024.

ROCHA, L. O. **Judicialização do sofrimento negro. Maternidade negra e fluxo do Sistema de Justiça Criminal no Rio de Janeiro.** Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), p. 181-205, 2021.

SINHORETTO, J; MORAIS, D. S. **Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada.** Revista de Estudios Sociales, n. 64, p. 15-26.